



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **15 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quinta-feira, 29 de setembro de 2011

DIÁRIO DO AMAZONAS Protestos marcaram a visita de Dilma Rousseff ao Amazonas nesta quarta 1 VEICULAÇÃO LOCAL	
DIÁRIO DO AMAZONAS Dilma lança Bolsa Verde e volta a falar em prorrogar a Zona Franca de Manaus 2 VEICULAÇÃO LOCAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO Dilma cobra aceleração no ritmo de investimentos 4 VEICULAÇÃO NACIONAL	
FOLHA DE SÃO PAULO Tablet da Amazon usa preço contra iPad 6 VEICULAÇÃO NACIONAL	
FOLHA DE SÃO PAULO Amazon aposta na conquista dos 'sem-tablet' 7 VEICULAÇÃO NACIONAL	
FOLHA DE SÃO PAULO BNDES pode deixar parceria com taiwanesa Foxconn 8 VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO Contra miséria, Dilma lança agora o Bolsa Verde 9 VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO Isenção de IPI pode levar montadoras ao Uruguai 10 VEICULAÇÃO NACIONAL	
RONDONÓTIAS Comissão da Amazônia aprova projeto que inclui bens de informática no regime fiscal especial da ALC de Guajará 11 VEICULAÇÃO NACIONAL	
UOL ÚLTIMAS NOTÍCIAS Dilma assina nesta quinta-feira MP que desonera indústria de defesa 12 VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR Novo Dnit deve ter menos funções e mais controles 13 VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR Parecer da MP do IOF sobre derivativos flexibiliza prazo 15 VEICULAÇÃO NACIONAL	
BRASIL ECONÔMICO-SP Mercado de chips cresce e pressiona balança comercial 16 VEICULAÇÃO NACIONAL	
PORTAL A CRÍTICA "Bolsa Verde" é apenas marketing, acusa o DEM 18 VEICULAÇÃO NACIONAL	
PORTAL DO GOVERNO DO AMAZONAS Presidente Dilma garante que vai assinar decreto que prorroga Zona Franca de Manaus por mais 50 anos 20 VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO DIÁRIO DO <u>AMAZONAS</u>	EDITORIA
	TÍTULO Protestos marcaram a visita de Dilma Rousseff ao <u>Amazonas</u> nesta quarta	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

Como um forte aparato de segurança impediu que as pessoas se aproximassem do Teatro, os manifestantes tiveram que usar o Largo de São Sebastião para protestar.

Manaus - A visita da Presidente da República, Dilma Rousseff à **Manaus** na manhã desta quarta-feira (28) serviu para que diversos representantes de sindicatos, organizações não-governamentais e entidades de classe realizassem manifestações em frente ao Teatro **Amazonas**, local onde a presidente participou do lançamento do plano 'Brasil Sem Miséria'.

Como um forte aparato de segurança impediu que as pessoas se aproximassem do Teatro, os manifestantes tiveram que usar o Largo de São Sebastião para levantar bandeiras e entoar gritos de protesto contra Projetos de Lei e Medidas Provisórias criadas pelo **Governo Federal**.

Pelo menos 50 funcionários dos Correios se mobilizaram para tentar chamar a atenção para a greve da categoria, que já dura 15 dias. Com gritos de 'Dilma a culpa é sua, a greve continua', os carteiros juntaram-se ao Movimento S.O.S Encontro das Águas, S.O.S Floresta, Sindicato dos Produtores Rurais de Rio Preto da Eva, Greenpeace e à Comissão dos Bombeiros Profissionais Civis.

Reconhecimento

Pouco mais de cinco representantes dos Bombeiros Civis realizaram movimento pedindo o fim da tramitação do Projeto de Lei 007/2011, que pede a extinção da profissão e o enquadramento dos bombeiros como Brigadistas. "Serão 600 trabalhadores prejudicados somente em **Manaus**. E no Brasil, serão mais de 200 mil pessoas que perderão seus empregos e profissão. Não podemos ficar calados, e viemos mostrar à presidente que algo precisa se fazer", disse o representante da categoria, José da Silva Mendes.

Estudantes ligados ao grupo S.O.S Encontro das Águas levaram faixas pedindo que Dilma mantenha o tombamento

da área, e trave a construção de um porto privatizado no local. Representantes do Greenpeace aderiram ao protesto ambientalista, e tentaram entregar uma muda de Açaí à presidente, mas foram impedidos pela segurança de entrarem no Teatro. O grupo tenta impedir a mudança no Código Florestal do país, o que, para eles, causaria aumento no desmatamento da floresta.

Apoio

Enquanto uns gritavam contra o Governo Dilma, outros aplaudiam. A Associação Nacional dos ex-Soldados Especializados da Aeronáutica (Anese) mandou vinte representantes para a recepção da presidente. Eles agradeciam o apoio recebido para a regulamentação da profissão, que há 13 anos tenta retornar para os quadros da Aeronáutica. No **Amazonas**, são 183 ex-soldados. Em todo o país, o número é próximo a 3 mil.

Diferente da última visita da presidente, em que mais de vinte indígenas estavam presentes para pedir apoio para a questão habitacional dos índios urbanos do **Amazonas**, nesta quarta-feira, apenas o cacique Paulo Apurinã estava no Largo à espera. De acordo com ele, os índios conseguiram um passo **importante**, e agora é hora de agradecer o apoio e esperar o repasse do investimento para iniciar os projetos. Segundo Paulo, o governo teria acertado a liberação de R\$ 63 milhões de reais para a causa indígena no **Amazonas**.

O sol forte de meio dia, e o atraso da presidente Dilma, fez com que boa parte dos manifestantes desistissem do protesto, deixando no local apenas alguns curiosos que esperavam ver a presidente.



Cerimônia contou com a presença dos sete governadores da Região Norte, além de três ministros, na manhã desta quarta, no Teatro Amazonas, no Centro de Manaus.

Manaus - A presidente Dilma Rousseff lançou, oficialmente, na manhã desta quarta-feira (28), o programa Bolsa Verde, em cerimônia no Teatro Amazonas, no Centro de Manaus. No discurso, a presidente elogiou o senador Eduardo Braga, apontando que o ex-governador foi o grande incentivador do programa, através da criação do Bolsa Floresta.

"É mais um programa para melhorar as políticas públicas no Brasil. O País faz, atualmente, a distribuição de renda mais eficiente do mundo. Crescer significa distribuir renda e distribuir renda significa crescer. E este programa mostra a responsabilidade que o **Governo Federal** tem com o meio ambiente, a **Amazônia** e o Polo Industrial de **Manaus**", afirmou a presidente.

Estiveram presentes na cerimônia os sete governadores da Região Norte e os ministros Afonso Florenço (do **Desenvolvimento Agrário**), Helena Chagas (chefe da Secretaria de Comunicação Social) e Isabela Teixeira (do Meio Ambiente), além do governador do Amazonas, Omar Aziz, e o prefeito de Manaus, Amazonino Mendes.

Criação do programa

Em discurso no Teatro Amazonas, o prefeito lembrou que foi o responsável pela criação de programas assistencialistas (semelhantes ao Bolsa Verde e ao Bolsa Família) quando foi governador do Estado, entre 1995 e 2002. O governador de Rondônia, Confúcio Moura, porém, repetiu Dilma e elogiou o ex-governador Eduardo Braga pela criação do Bolsa Floresta, que serviu como modelo ao Bolsa Verde.

Omar Aziz, que foi vice-governador durante o mandato de Braga entre 2003 e 2010, agradeceu a lembrança de Confúcio e não poupou elogios a Dilma.

"Quando fazemos um evento com a maior autoridade brasileira, ficamos preocupados com o que dizer. Mas a Dilma é sensível com os milhares de amazônidas que vivem na

miseria. E se tem alguém que pode resolver esse problema, além de Deus, é a senhora", apontou Omar, referindo-se a Dilma.

Bolsa Verde

O programa Bolsa Verde não contempla só ajuda financeira. Além da ajuda de R\$ 300 por trimestre, será levado ensino à distância aos municípios do interior do Amazonas e quatro barcos PAI, com assistência médica e cidadania.

O dinheiro (no total de R\$1,2 mil por ano) será entregue para famílias que vivem com R\$ 80. Segundo dados oficiais, são 16 milhões de pessoas nesta situação na Região Norte. O Bolsa Verde será um complemento ao Bolsa Família e servirá de contrapartida para que as comunidades beneficiadas não destruam a floresta.

Zona Franca por mais 50 anos e volta a Manaus

A presidente Dilma Rousseff (PT) voltou a prometer que vai prorrogar a Zona Franca de Manaus por mais 50 anos, mesmo sem dar data para promover a mudança. A declaração foi realizada no aeroporto Eduardo Gomes, logo depois de desembarcar em Manaus, onde lançou o programa 'Bolsa Verde'.

Dilma também disse que retorna a Manaus no dia 24 de outubro e que vai dar um presente à cidade na data do aniversário da capital do Amazonas.

Em entrevista à imprensa, Dilma respondeu sobre alguns temas polêmicos como a prorrogação dos benefícios fiscais da **ZFM** e os constantes apagões na cidade de Manaus.

A presidente pediu que os amazonenses não se preocupem com a Zona Franca, pois ela prometeu e vai cumprir a prorrogação por mais 50 anos.

"É inadmissível que uma cidade como Manaus ainda sofra com apagões de energia elétrica. Eu estou acompanhando o problema. Determinei que a fonte geradora fosse convertida para o gás do gasoduto Urucu-Coari-Manaus e que a distribuição fosse feita em forma de anel para toda a cidade. Vou verificar o que está ocorrendo", declarou Dilma.

Disse confirmou que vai voltar a **Manaus** no aniversário da cidade para inaugurar a ponte e prometeu trazer um presente. “Todo mundo vai vir aqui para tirar foto com a ponte. Eu também quero tirar uma”, disse.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma cobra aceleração no ritmo de investimentos		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Ministérios afetados pela "faxina" presidencial são os mais atrasados na execução de obras

Adriana Fernandes

Mercado interno vai blindar **Brasil** contra a crise, diz Dilma Crise já afeta o desemprego, diz Dieese US\$ 431 mi deixam País na 4ª semana do mês ESPECIAL: O impacto do sobe e desce do **dólar** Financial Times: **Brasil** é "refém" de temores na zona do euro

A luz vermelha acendeu de vez para o ritmo de execução dos investimentos do **Governo Federal** e já causa grande mal-estar na Esplanada dos **Ministérios**. A presidente Dilma Rousseff tem manifestado insatisfação com a velocidade dos investimentos no primeiro ano de governo.

Ela cobrou uma aceleração do ritmo de pagamento das despesas de investimentos no fim do segundo semestre, mas faltando apenas três meses para terminar 2011 dificilmente o governo conseguirá recuperar o atraso.

O problema é que o governo enfrenta dificuldades para gastar. A máquina administrativa ainda está emperrada, principalmente nos **Ministérios** afetados pela "faxina" da presidente. Segundo fontes da área econômica, muitos **Ministérios** têm dinheiro em caixa, mas não conseguem tocar os investimentos.

É no **Ministério** dos Transportes onde estão os maiores problemas. Como a pasta tem peso **importante** no total de investimentos (com estradas e ferrovias), a troca de comando praticamente paralisou as obras. Mas há problemas também em outras áreas, como nos **Ministérios** das Cidades, Integração Nacional e na Educação, segundo informam os técnicos.

A lentidão afeta sobretudo investimentos que não fazem parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Para eles, o Tesouro libera os recursos e cabe ao gestor de cada **Ministério** direcionar o dinheiro, que pode ir para investimentos ou para outras despesas de custeio. E

é aí que reside a bronca da presidente, pois é nessas verbas que se concentra a paralisação.

De janeiro a julho, o volume de recursos desembolsados para quitar investimentos está 2,4% menor do que o do mesmo período de 2010. Os dados relativos ao mês de agosto serão divulgados nesta quinta-feira, 29, pelo Tesouro. Eles deverão mostrar alguma reação dos investimentos, mas não na intensidade necessária para mudar o quadro e o humor da presidente.

A inquietação é tanta que o secretário do Tesouro, Arno Augustin, até mudou o tom de seu discurso. Normalmente confiante, ele colocou o dedo na ferida em entrevista ao Estado na semana passada, ao afirmar pela primeira vez que está preocupado com a velocidade dos investimentos. "O ritmo não é ideal", advertiu, em clara repreensão aos gestores da Esplanada.

Além das dificuldades gerenciais, o desempenho mais fraco dos investimentos é explicado por um efeito estatístico. Em 2010, o governo pagou no início do ano uma parcela pesada de recursos para a fabricação do submarino nuclear da Marinha Brasileira, o que não se repetiu esse ano. Por isso, a comparação se mostra desfavorável para 2011.

Aperto fiscal. As dificuldades no dia a dia da Esplanada se chocam com as análises mais difundidas no **mercado** financeiro, pelas quais o pé no freio no investimento decorre da decisão de política econômica de fazer um aperto fiscal maior em 2011. Há, de fato, uma decisão de reforçar a política fiscal. Mas a execução do plano é imensamente facilitada pela dificuldade em gastar e, principalmente, pelo desempenho da arrecadação, que tem surpreendido a cada mês.

Nos cálculos feitos para garantir os R\$ 10 bilhões a mais de superávit primário (economia para pagamento da dívida) que o governo prometeu fazer este ano, o governo já levou em consideração o pagamento de grande parte dos cerca de R\$ 34 bilhões previstos no **PAC** e no programa Minha Casa, Minha Vida. Segundo apurou o

Estado, há espaço fiscal para o aumento dos investimentos sem afetar o compromisso com o cumprimento da meta.

O governo também está tendo de lidar com outro problema: a aceleração dos gastos com o pagamento de subsídios do programa Minha Casa, Minha Vida. Embora o

programa esteja incluído no PAC, as despesas com os subsídios para construção das moradias são contabilizadas como custeio e não investimento. Por isso, o governo estuda alterar essa forma de contabilidade.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Tablet da Amazon usa preço contra iPad		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Por US\$ 199, o modelo, que é mais simples que o da concorrente Apple, não dispõe de câmera nem internet 3G

Kindle Fire chega para clientes dos EUA em novembro; não há previsão de envio do aparelho ao Brasil

VERENA FORNETTI

DE NOVA YORK

A varejista on-line norte-americana Amazon lançou ontem quatro produtos, entre eles um novo tablet, o Kindle Fire, com preço de US\$ 199 (R\$ 366).

Também foram anunciados o novo Kindle, mais leve e rápido que a versão atual, que custará a partir de US\$ 79 (R\$ 145), o Kindle Touch, por US\$ 99 (R\$ 182), que dispõe de tela sensível ao toque, e o Kindle Touch 3G, por US\$ 149 (R\$ 274) e com internet 3G grátis.

Só o novo Kindle, por enquanto, está disponível para consumidores fora dos Estados Unidos.

A versão internacional é vendida a partir de US\$ 109, mas, para a entrega no Brasil, graças aos impostos e ao frete, o preço mais que dobra. Para São Paulo, o valor fica em US\$ 255,57.

O tablet da Amazon ainda está em fase de pré-venda. As duas versões do Kindle Touch começam a ser enviadas em 21 de novembro, um pouco depois do Kindle Fire, que tem envio marcado para o dia 15 do mesmo mês.

OFENSIVA

Em entrevista concorrida em Nova York, o presidente da Amazon, Jeff Bezos, apresentou os produtos e provocou os jornalistas de tecnologia, que há quatro anos receberam com ceticismo o lançamento do leitor de livros digitais Kindle.

Bezos alfinetou também a Apple, que lidera o mercado de tablets.

"Nós vamos vender milhares desses produtos. Estamos comprometidos em oferecer produtos premium por um preço acessível", afirmou.

Bezos afirmou que a Amazon deve se empenhar no sentido de aumentar a oferta de produtos.

Segundo ele, para o Kindle, as opções de livros digitais à disposição do consumidor passaram de 90 mil há quatro anos para mais de um milhão de títulos.

COMPARAÇÕES

O Kindle Fire custará menos da metade do preço da versão mais barata do iPad, que sai por US\$ 499 (R\$ 917) e é mais leve que o aparelho desenvolvido pela Apple.

O tablet da Amazon recém-lançado não tem câmera, microfone ou internet 3G.


O Kindle Fire acessa a web por rede Wi-Fi e usa sistema operacional Android com interface feita pela Amazon.

Quem comprar o aparelho terá direito a um mês de acesso gratuito ao Amazon Prime. O serviço inclui o "streaming" de filmes (sem necessidade de download). Sua assinatura anual custa US\$ 79.

Outra vantagem é o armazenamento grátis na nuvem, o que dispensa o consumidor de conectar o aparelho a um computador caso queira manter uma cópia de segurança dos seus arquivos.

O modelo mais simples do leitor digital da Amazon, chamado somente de Kindle, perdeu o teclado e não tem tela sensível ao toque. A tela é de seis polegadas.

O modelo já está disponível para pronta entrega no site da Amazon.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Amazon aposta na conquista dos 'sem-tablet'		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O fundador e presidente da Amazon, Jeff Bezos mostra novos tablets da empresa

Com produto a US\$ 199, varejista indica que seu plano é conquistar um novo consumidor, e não roubar os da Apple PAULA LEITE

EDITORA-ASSISTENTE DE MERCADO

Com o anúncio de que a Amazon vai lançar seu tablet, o Kindle Fire, por US\$ 199 nos Estados Unidos, alguns podem questionar a decisão da empresa de varejo de entrar em um mercado dominado com mão de ferro pela Apple.

A Amazon percebeu que existe um mercado não explorado pela Apple de gente que quer ter um tablet, mas não se dispõe a pagar US\$ 499 -preço salgado até para os norte-americanos- por isso.

No Brasil, os preços a partir de R\$ 1.649 do iPad 2 também garantem que o tablet não se popularizará tão cedo.

Praticamente sozinha no mercado, faz sentido para a Apple manter o preço nas alturas e margem de lucro alta.

O erro da maioria dos potenciais concorrentes do iPad -com possível exceção do Galaxy Tab- foi oferecer produtos piores em quase todos os aspectos (sistema operacional, número de apps, design, facilidade de uso) com preço próximo ao do iPad.

Para o consumidor, a conta de custo-benefício simplesmente não fechava. Quem tinha dinheiro comprava um iPad; quem não tinha, não comprava nenhum tablet.

Tudo indica que o plano da Amazon é conquistar esse consumidor atualmente sem tablet, e não tentar "roubar" atuais donos de iPad.

Para isso, a empresa de Jeff Bezos conta ainda com um outro trunfo, que é sua já consolidada loja de conteúdo

multimídia. A Amazon vende livros, filmes (por assinatura, aluguel ou compra), aplicativos, música e jogos.

A interface do Kindle Fire foi customizada pela Amazon para que o conteúdo vendido por ela fique em destaque.

MESMO CAMINHO Nunca é demais lembrar que boa parte da força da Apple vem da integração dos aparelhos com a Apple Store, e a Amazon parece querer seguir o mesmo caminho.


A Amazon também treinou bem seus consumidores a comprar e sincronizar seus livros "na nuvem", ou seja, sem necessidade de ligar seus Kindles ao computador, coisa que a Apple exige de donos de iPads e iPhones.

Hoje, o dono de Kindle pode começar a ler um livro no aparelhinho, depois abrir o mesmo livro no iPad e seguir lendo da mesma página, com sincronização automática.

Se ele apaga o livro, este continua à disposição na nuvem, para ser baixado a qualquer momento. A mesma ideia valerá para os conteúdos digitais que o consumidor acesse no Kindle Fire.

A Apple, que sempre evita lançar ao público sistemas que possam apresentar problemas, pode não ter lançado um sistema similar por medo de falhas.

Mas a Amazon, que conta com poder de processamento próprio em milhares de servidores pelo mundo, deve ter avaliado que conseguiria oferecer a sincronização na nuvem sem soluções.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO BNDES pode deixar parceria com taiwanesa Foxconn		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Negociações entre banco e empresa, que prometeu iPad nacional e aportes de US\$ 12 bilhões, emperraram

LEILA COIMBRA

DO RIO

O **BNDES** (Banco Nacional de **Desenvolvimento** Econômico e Social) pode retirar o apoio à taiwanesa Foxconn, empresa que pretende instalar uma fábrica de tablets no país por US\$ 12 bilhões.

A **produção** do iPad brasileiro foi anunciada pela presidente Dilma Rousseff em viagem à China no começo do ano, e a perspectiva era que a fabricação tivesse início ainda em 2011. Mas as negociações não estão avançando.

Primeiro, a Foxconn fez uma série de exigências, entre elas a ajuda do governo para conseguir os recursos para o projeto. O dinheiro viria do **BNDES**. O governo também se comprometeu a ajudar a achar sócios privados.

Mas o próprio ministro do MCT (Ciência e Tecnologia), Aloízio Mercadante, já disse que as empresas do país não têm fôlego para o projeto.

E a companhia taiwanesa deixou de ser a única opção para o governo. Outras 24 empresas já manifestaram interesse em produzir tablets no **Brasil** e já estão habilitadas.

Entre as empresas interessadas estão Positivo, Envision, Motorola, Samsung, LG, Itautec, Samnia, Compalead, Semp Toshiba, AIOX e MXT.


Para incentivar a **produção** nacional, o governo já publicou uma MP (medida provisória) que inclui na chamada "Lei do Bem" os computadores portáteis (tablets), que passam a ter isenção fiscal.

Mas a Foxconn ainda não recebeu a licença oficial para produzir iPads no Brasil. Para isso, precisa constar na lista do MCT que a enquadraria no **PPB** (Processo Produtivo Básico). Isso permitiria baratear o preço final do tablet nacional em até 40%.

Uma das exigências do governo para conceder o **PPB** é que 50% das telas de cristal líquido deverão ser fabricadas localmente até 2014. O governo cogitou flexibilizar o **PPB**, mas a alta do **dólar** também complica a Foxconn.

Com a moeda americana a R\$ 1,55, a empresa **importaria** peças e componentes a baixo custo. Mas agora a margem de manobra é baixa.

As negociações com a Foxconn, segundo o MCT, têm duas linhas: uma é a fabricação ainda neste ano de iPhone e iPad em Jundiaí; a outra é instalar no **Brasil** uma fábrica de telas de LCD-TFT, tecnologia existente só em Japão, Coreia, China e Taiwan.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Contra miséria, Dilma lança agora o Bolsa Verde		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Programa de transferência de renda, que alia repasse de R\$300 à preservação ambiental, vai começar pela Amazônia

Natália Lucas*

MANAUS. A presidente Dilma Roussef lançou ontem mais um programa de transferência de renda para tentar reduzir a miséria no país: o Bolsa Verde, destinado a famílias em situação de extrema pobreza que morem em Unidades de Conservação federais e se comprometam adotar ações para preservá-las.

Em um primeiro momento, serão atendidas, já a partir de outubro, 3,5 mil famílias dos estados que compõem a Amazônia Legal. Mas a meta do programa - aprovado ontem, por unanimidade, pelo plenário do Senado - é expandir o benefício trimestral de R\$300 reais para 75 mil famílias até 2014. Atualmente, 19 mil estão inscritas no Cadastro Único do Governo Federal.

- O país faz, atualmente, a distribuição de renda mais eficiente do mundo. E este programa mostra a responsabilidade que o Governo Federal tem com o meio ambiente, a Amazônia e o Polo Industrial de Manaus - declarou a presidente, que foi a Manaus assinar com governadores e associações dos municípios da Região Norte o termo de compromisso do Plano Brasil sem Miséria, compostos por programas assistenciais, como o Bolsa Verde.


Segundo Dilma, a força do Brasil para enfrentar a crise financeira internacional pode também ser atribuída às políticas sociais adotadas pelo Governo Federal.

- Somos uma parte substantiva dessa grande defesa que é nosso mercado interno. É isso que faz com que esse país, quando cresce, quando investe, quando consome e faz política social, não seja presa fácil da crise internacional. Nós temos força para enfrentar essa crise porque fizemos política de distribuição de renda que melhorou nosso país.

Dilma também destacou que o bom momento na economia deixa o país confortável para não temer os efeitos da crise internacional.

- Vivemos um momento em que nossa taxa de desemprego atingiu o menor índice dos últimos anos. Foram vários incentivos que levaram as pessoas a saírem da pobreza e chegarem até a classe média - E, em seguida, completou: - Podemos ficar de cabeça erguida para encarar todos os países do mundo.

* Especial para O GLOBO

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Isenção de IPI pode levar montadoras ao Uruguai		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Fabricantes de carro importado podem enviar ao país vizinho modelos semiprontos, diz analista

Paulo Justus

paulo.justus@sp.oglobo.com.br

SÃO PAULO. A exceção aberta pelo governo ao isentar os carros "feitos" no Uruguai do aumento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para importados pode levar a uma corrida das montadoras sem fábricas no Brasil para se instalar no país vizinho. Segundo o economista Ayrton Fontes, da consultoria MSantos, fabricantes de China, Coreia do Sul, Europa e até dos EUA, que hoje exportam seus modelos para cá, podem escolher o Uruguai para operar unidades de montagem, trazendo de suas matrizes os modelos praticamente prontos (CKD, no jargão da indústria), como já fazem hoje as chinesas Liffan e Chery, e a sul-coreana Kia, que foram beneficiadas pela mudança na regra do IPI: - O Uruguai dispõe de uma estrutura boa para receber importações por meio dos portos de Montevideú e Colônia, e poderia facilmente receber a montagem CKD, que exige apenas galpões simplificados.

Para Fontes, a exclusão do Uruguai foi mais uma demonstração de "boa vizinhança" do governo brasileiro. Seu

impacto para o mercado, porém, deve ser bastante restrito, dada a pequena relevância das importações do Uruguai.

Brasil e Uruguai já têm um acordo comercial para veículos, que isenta do Imposto de Importação (II) carros trazidos de lá, até o limite de 20 mil veículos por ano. Apesar disso, como não atendem os níveis mínimos (60%) de conteúdo nacional do pacote de aumento do IPI anunciado semana passada, esses carros "made in Uruguai" teriam de pagar alíquota maior do tributo.

Agora, o governo brasileiro decidiu afrouxar as exigências de nacionalização às condições do acordo já existente, que é gradual mas está hoje em 35% de conteúdo regional. Por isso, o anúncio da mudança, que ainda precisa ser regulamentada pelo governo, foi bem recebido por duas das três montadoras instaladas no Uruguai. A sul-coreana Kia informou que a medida é importante para manter o planejamento de expansão da sua fábrica uruguaia, que produz os modelos Bongo, hoje com 47% de conteúdo regional.

	VEÍCULO RONDONOTÍCIAS	EDITORIA	
	TÍTULO Comissão da <u>Amazônia</u> aprova projeto que inclui bens de informática no regime fiscal especial da ALC de Guajará		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Foi aprovado hoje (28) pela manhã na Comissão da Amazônia o Projeto de Lei 758, de autoria do deputado federal Padre Ton (PT-RO), que inclui as matérias primas de origem animal e bens finais de informática entre as mercadorias beneficiadas pelo regime tributário especial estabelecido para a Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim. A matéria havia sido retirada de pauta na sessão do dia 14 de setembro, a pedido do deputado Carlos Souza (PP-AM).

A matéria também prorroga, por mais 25 anos, a existência da Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim, criada pela lei 8210, de 1991. Em agosto deste ano, a ALCGM completou vinte anos de funcionamento.

Relator do projeto, o deputado Miriquinho Batista (PT-PA), parabenizou o deputado Padre Ton pela proposta e também o ex-deputado Anselmo de Jesus- autor do projeto, que não teve a tramitação concluída e foi reapresentado nesta legislatura. Batista acrescentou a importância da sensibilidade de Padre Ton, que quis ouvir a sociedade local sobre o assunto. “O melhor método é ouvir a sociedade. A oportunidade de dar ouvidos à sociedade faz toda a diferença”, destacou.

Ele referia-se à Mesa Redonda promovida pela Comissão da Amazônia em Guajará, com diversos atores da comunidade, para discutir o desenvolvimento da região e a existência da ALCGM, realizada em julho.


Ao expor argumentos em defesa da inclusão de bens de informática e matérias primas entre as mercadorias a ser incluídas no regime de tributação especial o deputado Padre Ton disse que é preciso tornar a ALCGM mais atraente e competitiva, “para alavancar o desenvolvimento econômico e reduzir as desigualdades regionais”.

Padre Ton também lembrou que as alterações propostas na lei 8210 promovem uma equiparação com as Áreas de Livre Comércio de Macapá e Santana. “Apenas fazemos justiça, e estabelecemos o princípio constitucional da isonomia”. O projeto segue agora para apreciação da Comissão de Finanças e Tributação, CFT.

Situação especial

Da sessão de votação do projeto participou o prefeito de Guajará Atalíbio Pegorini, que comemorou a aprovação. “O município de Guajará tem uma situação muito especial. Necessita de meios de geração de emprego e renda, o que não pode ocorrer através da agricultura, pois sua área é 90% constituída de unidades de conservação. Então, como não há ainda meios de se promover isso com desenvolvimento sustentável, é preciso acontecer através do comércio e da indústria”, disse.

O prefeito Atalíbio registra que a inclusão de bens de informática entre os produtos com benefício fiscal “traz uma condição nova” para a Área de Livre Comércio que poderá competir com a Bolívia. “Hoje o pessoal vai para a Bolívia comprar produtos de informática porque encontra vantagem no preço”.

	VEÍCULO UOL ÚLTIMAS NOTÍCIAS	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma assina nesta quinta-feira MP que desonera indústria de defesa		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

BRASÍLIA - A presidente Dilma Rousseff assinará nesta quinta-feira, às 15h, em cerimônia no Palácio do Planalto, medida provisória que institui regime diferenciado de tributação para a indústria brasileira de defesa, como antecipou o Valor. A medida estava sendo finalizada pela Casa Civil.

As empresas do setor serão beneficiadas por cinco anos com a desoneração de encargos como IPI, PIS/PASEP e Cofins para a fabricação de produtos considerados estratégicos para a defesa, o que engloba equipamentos eletrônicos, munições, armas, embarcações, aviões, satélites, foguetes, veículos, fardas, rações e softwares, entre outros.

A MP também institui regras especiais para compra e contratação de produtos e sistemas de defesa do país. A medida é um desdobramento do plano **Brasil** Maior, que dá preferência a fornecedores nacionais para **Ministério** como o da Defesa, que poderá pagar até 25% mais ao comprar dessas empresas.

Segundo dados do **Ministério** da Defesa, 186 empresas já estão capacitadas para serem beneficiadas pelo novo regime, entre elas Avibras, Embraer, Helibras, Inbra e Odebrecht Defesa.

(Yvna Sousa | Valor)

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO Novo Dnit deve ter menos funções e mais controles		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O governo analisa uma mudança nos processos de licenciamento ambiental com o propósito de destravar as obras das rodovias federais sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). Hoje, o Dnit tem de aguardar a anuência de cinco órgãos socioambientais para iniciar as obras, uma peregrinação que, em alguns casos, chega a levar anos para acabar. Pela proposta em avaliação, a processa de licenciamento deixa de ser gerenciado pelo Dnit e passa a ser administrado por um único **Ministério**, no caso, o dos Transportes. A ideia é encampada pelo novo diretor-geral do órgão, o general Jorge Fraxe, que assumiu a direção da autarquia há três semanas

União quer mudar licenciamento de rodovias

Por André Borges | De Brasília

O governo analisa uma mudança no processo de licenciamento ambiental com o propósito de destravar as obras das rodovias federais, sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). Pelas regras atuais, o Dnit tem de aguardar a anuência de cinco órgãos socioambientais para, só então, iniciar as obras, uma peregrinação que, em alguns casos, chega a levar anos para ser concluída.

Pela nova proposta, esse processo de licenciamento deixa de ser gerenciado pelo Dnit e passa a ser administrado por um único **Ministério**, no caso, o dos Transportes. A ideia é encampada pelo novo diretor-geral do Dnit, general Jorge Fraxe, que concedeu ao Valor a primeira entrevista exclusiva desde que assumiu o comando da autarquia, há três semanas.

"O governo está refletindo sobre essa questão das condicionantes de obras, já há um estudo sobre como otimizar a execução. Estamos oferecendo ideias, proposições ao ministro dos Transportes, para que ele se articule no primeiro escalão do governo e busque a melhor maneira de otimizar os recursos", diz Fraxe. "Nossa ideia é ter todos os componentes ambientais em um único lugar, deixando o Dnit livre para cuidar só de engenharia."

Pelo modelo atual, uma obra rodoviária tem que passar pela Fundação Cultural Palmares, Instituto Chico

Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e Fundação Nacional do Índio (Funai), para só então chegar ao Ibama. "Precisamos rever isso. O cofre que paga o componente indígena é o mesmo cofre que paga o estudo da fauna e da flora, além da rodovia e da ferrovia. O Dnit é a casa dos engenheiros, mas daqueles especializados em rodovia, ferrovia e hidrovias", diz Fraxe.

As mudanças anunciadas no **Ministério** dos Transportes, pelo ministro Paulo Passos, incluíram a promessa de que, de agora em diante, todas as obras do Dnit só seriam licitadas com a realização de projeto executivo, um estudo detalhado que aponta com mais precisão os gastos da obra. Fraxe admite, no entanto, que essa exigência só ocorrerá nos casos considerados "mais complexos".

"A proposta do ministro é que, preferencialmente, sejam realizados projetos executivos. Mas sabemos que cada caso é um caso. Tem obra simples com projeto básico tão bom, que dá para contratar e, no decorrer da obra, finalizar o projeto executivo", afirma Fraxe.

Segundo o general, o Dnit está com 700 contratos de obras de conservação e manutenção rodoviária em andamento, além de outros 400 contratos de novos empreendimentos. Nas próximas semanas, diz Fraxe, a ordem é acelerar a execução de projetos que possam ter sido prejudicados pela paralisação ocorrida em julho, quando a crise foi detonada e a presidente Dilma Rousseff ordenou o congelamento das obras.

"A modelagem que vamos usar para acompanhar de maneira efetiva esses empreendimentos é a descentralização. Vamos usar delegação de competência o máximo possível", afirma Fraxe. "Será dada mais autonomia para as **Superintendências**, para que o Dnit saia do gabinete e vá para as obras. Obra se acompanha na obra, não dentro de gabinete."

Para **monitorar** os projetos, o Dnit passará a contar com um "escritório de gerenciamento de projeto". Essa nova estrutura, segundo Fraxe, vai funcionar como um centro de operações de engenharia, com informações diárias sobre a evolução de cada obra e seu indicador de desempenho. "Já

levantei a situação de todas as **Superintendências** do Dnit. Temos um fórum de desempenho dessas regionais. Cada **Superintendente** comparece e presta conta dos empreendimentos de sua responsabilidade."

Em relação às dezenas de obras paralisadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e Controladoria-Geral da União (CGU), Fraxe diz apenas que o Dnit tem colaborado para agilizar a liberação dos projetos. O levantamento feito pelos auditores da CGU, divulgado no início do mês, apontou 66 irregularidades em 17 processos de licitações e contratos do Dnit e da Valec, irregularidades que podem gerar prejuízo de até R\$ 682 milhões.


Oficial há 35 anos, Fraxe procura afastar a ideia de que esteja "militarizando" o Dnit. O reflexo disso, afirma, é a própria redução que prepara para as obras que são repassadas pela autarquia à divisão de engenharia do Exército.

"Assim que o Exército concluir os trabalhos que já assumiu, teremos outro tipo de missão. Vamos buscar trabalhos permanentes de conservação e manutenção em áreas mais carentes e distantes dos eixos mais desenvolvidos do país. Será só a quantidade mínima e necessária para adestrar

(treinar) as tropas", explica Fraxe, que garante não se incomodar com a ideia de continuar a ser tratado como "general".

Até o primeiro trimestre deste ano, os militares tocavam obras em oito aeroportos da Infraero, projetos que somavam investimentos de R\$ 169,3 milhões. Com o Dnit, havia 12 contratos em andamento, projetos que somavam R\$ 1,1 bilhão. Além disso, o Exército estava à frente de lotes de obras na transposição do rio São Francisco, com contratos que somavam cerca de R\$ 300 milhões.

Se o Dnit foi ou não militarizado, o fato é que, ao menos na rotina da diretoria, as coisas têm sido controladas com rédea curta. No entra-e-sai de seu gabinete, Fraxe exercita uma mania de anotar tudo o que pede em duas folhas de papel sulfite, com papel-carbono. Uma cópia do que foi dito e combinado durante a conversa fica com ele. "É para lembrar das coisas. E cobrar mais tarde", explica o coronel Gilvan Macedo, empossado nesta semana como chefe de gabinete do Dnit.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO Parecer da MP do IOF sobre derivativos flexibiliza prazo		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Por Daniela Martins | De Brasília

Após negociações com o **Ministério** da Fazenda e entidades do setor privado, como a Confederação Nacional da Indústria e a BM&FBovespa, o deputado Reinhold Stephanes (PMDB-PR) fechou ontem o parecer sobre a medida provisória que regulamenta a cobrança de alíquota de até 25% do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) nas operações com derivativos.

O parecer prevê a dispensa do recolhimento do tributo sobre esses contratos entre 27 de julho e 16 de setembro deste ano, quando foram editados os dois decretos do Executivo que regulamentam a MP. Segundo o relator, nada foi recolhido aos cofres públicos porque o **mercado** financeiro argumentou que não tinha condições de, a partir de julho, levantar as informações necessárias e promover as mudanças que devem ser feitas para a apuração do imposto.

O recolhimento está marcado para começar no fim de dezembro. Stephanes também propõe, em seu texto, a compensação do IOF recolhido em operações de hedge feitas pelos **exportadores** - como já havia sido antecipado pelo Valor na semana passada. Ele afirmou que os créditos tributários "poderão ser usados em outros derivativos, para pagar impostos - menos as contribuições sociais - e também poderá ser solicitado o ressarcimento".

O deputado disse que consultou diversas instâncias, inclusive o **Ministério** da Fazenda, que lhe disseram que a

compensação é possível. O imposto incidirá tanto sobre a variação das posições vendidas quanto das compradas em câmbio.

"O governo pode usar isso como instrumento de duas vias no **mercado** especulativo", comentou o relator. Segundo ele, dependendo do momento econômico, o instrumento pode ser usado para o aumento ou queda da taxa de câmbio. "[O governo] Vai ter todo o controle do **mercado** especulativo. Tendo o controle sobre isso, ele pode taxar ou não taxar", disse.

O parecer também regulamenta os registros feitos pelas entidades e instituições autorizadas pelo Banco Central (BC) ou pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) que operam no **mercado**. O texto valida todos os registros feitos pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (Cetip), BM&FBovespa e outras instituições que venham a ser designadas pelo BC para evitar a discussão jurídica sobre se o registro da operação tem que ser feita em cartório ou não.

Stephanes acredita que seu relatório será bem recebido. O projeto deve ser votado no plenário da Câmara na semana que vem.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO Mercado de chips cresce e pressiona balança comercial		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Segundo pesquisa da KPMG, 92% das empresas da área esperam expandir negócios, mas Brasil está fora da rota de fabricação

Carolina Pereira

Enquanto o ministro de Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, fala constantemente sobre a intenção de atrair a **produção** de semicondutores para o Brasil, uma pesquisa global da KPMG, feita com 118 altos executivos das maiores empresas do setor, mostra que 92% dos entrevistados esperam expansão de negócios em suas empresas em 2010 mas o Brasil não está na rota das novas fábricas.

"São investimentos muito altos, da ordem de US\$ 3,5 bilhões e que dependem de parceria público-privada para atrair capital", diz Jarib Fogaça, sócio da KPMG e um dos responsáveis pelo estudo.

Os semicondutores são componentes essenciais para a fabricação de computadores e outros eletrônicos mas atualmente não há **produção** no Brasil.

O valor de **importação** no país foi de US\$ 4,4 bilhões em 2010, aumento de 33% em relação a 2009, quando o total foi de o US\$ 3,3 bilhões. Segundo a KPMG, a expectativa é que o crescimento da demanda local por chips seja duas vezes maior que o crescimento do setor de eletroeletrônicos.

Uma projeção reforçada pelas expectativas da Associação Brasileira da Indústria de Elétrica e Eletrônica (Abinee), que prevê um crescimento de 13% para este segmento.

Apesar de ser o produto eletroeletrônico mais **importado** pelo país, os projetos de **produção** local ainda são escassos e seriam insuficientes para suprir reverter o déficit na balança comercial.

A principal iniciativa é o Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec), empresa pública federal ligada ao **Ministério** da Ciência e Tecnologia que já consumiu R\$ 500 milhões desde 2008 mas que ainda não iniciou a **produção**.

A alta carga tributária e a escassez de mão-de-obra qualificada estão entre os principais motivos para que o país não seja interessante para a fabricação de semicondutores. A Intel, por exemplo, já chegou a incluir o Brasil em uma lista de opções para novos investimentos na década de 90 mas, no fim das contas, optou pela Costa Rica, basicamente por conta dos incentivos oferecidos. "Se o Brasil não criar condições para a indústria, como fez com o tablet, o governo não vai conseguir atrair a **produção** de chips", diz Fogaça.

Parceria A Toshiba já investiu US\$ 4 milhões no design de chips no Brasil neste ano e cogita utilizar o Ceitec para a **produção** local dos chips da empresa. "O Japão é um candidato forte, mas vamos fazer uma análise técnica junto ao Ceitec para verificar a viabilidade da parceria", afirma Ciro Rosa, diretor da STI Semiconductor, empresa resultante da parceria entre a Semp Toshiba e a Toshiba Semiconductors Corporation.

Hoje, as fábricas da empresa estão concentradas na Ásia.

A expectativa do presidente do Ceitec, Cylon Gonçalves da Silva, é que os primeiros chips saiam da fábrica brasileira ao longo de 2012, por conta do acordo com a alemã Xfab. Em 2007, o Ceitec e a Xfab firmaram acordo de transferência de tecnologia que, segundo Silva, já está em andamento.

O foco do Ceitec é a **produção** de chips de identificação, como o chamado brinco do boi para rastreamento de gado. "Somos relativamente pequenos, se não nos concentrarmos em uma área corremos o risco de não sobreviver", afirma Silva.


Vamos fazer uma análise técnica junto ao Ceitec para a **produção** local dos chips da empresa Ciro Rosa

CEITEC

R\$ 500 mi Já foram investidos no Ceitec para a **produção** de chips no Brasil, que vem sendo adiada desde 2009. A expectativa, agora, é que a fábrica entre em operação em 2012.

ELETROELETRÔNICOS

13% É quanto deve crescer o **mercado** de eletroeletrônicos no **Brasil** este ano. A expectativa é que o **mercado** de semicondutores cresça o dobro no país.

	VEÍCULO PORTAL A CRÍTICA	EDITORIA	
	TÍTULO “Bolsa Verde” é apenas marketing, acusa o DEM		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Parlamentares do partido afirmam que o programa não vai tirar da miséria 648,6 mil amazonenses

Manaus, 28 de Setembro de 2011

ARISTIDE FURTADO

Deputados Sidney Leite e Pauderney Avelino cobram investimentos em infraestrutura e no setor primário (Michael Dantas: 18/03/2011)

A cúpula do Democratas no Amazonas criticou nesta terça-feira (27) o lançamento do programa “Bolsa Verde”, do Governo Federal. O evento ocorrerá hoje, em Manaus, e será coordenado pela presidente Dilma Rousseff (PT). O presidente regional do partido, Pauderney Avelino e o deputado estadual Sidney Leite avaliaram a iniciativa como marketing político que não vai resolver a situação das 648,6 mil pessoas do Estado que vivem em condição de miséria.

O “Bolsa Verde” faz parte do Plano Brasil sem Miséria. O foco do programa são os 16,2 milhões de brasileiros extremamente pobres. Estão classificadas nesse perfil pessoas que possuem renda mensal de até R\$ 70,00.

Segundo dados do Censo 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Região Norte concentra 2,6 milhões de habitantes em situação de extrema pobreza. A Região Nordeste é a campeã com 9,6 milhões.

Para o deputado federal Pauderney Avelino, único congressista do Amazonas, da bancada de oposição, o “Bolsa Verde” não passa de ação publicitária para promover a imagem do Governo Federal.

“É mais um aditivo para as famílias que já são cadastradas no Bolsa Família. O que precisamos no Amazonas é de programas que possam promover o desenvolvimento econômico da região para termos autonomia econômica”, disse o deputado.

O mesmo tom foi adotado pelo deputado estadual Pauderney Avelino, na tribuna da Assembleia Legislativa do Amazonas (ALE-AM) nesta terça (27).

“O IBGE apontou, que 19% da população do Estado têm renda de até R\$ 70 ao mês, enquanto a média nacional está em 9%. Para sair desse quadro alarmante, o Amazonas

precisa de políticas responsáveis na oferta de crédito para pequenos produtores, extratores e empresários, recursos para educação, pesquisa, energia, telefonia, transporte, logística e segurança”, disse o parlamentar.

Na avaliação de Pauderney Avelino, mais do que fazer propaganda a presidente Dilma deveria investir, por exemplo, na criação de polos de beneficiamento do pescado no interior do Amazonas. E na infraestrutura da indústria do turismo.

“Poderia se aproveitar da carne à escama do pescado. Dando estímulo a pescadores e evitando o desperdício que ocorre anualmente”, disse o dirigente.

Deputado defende projetos

O deputado estadual José Ricardo Wendling (PT) defendeu nesta terça (27) os programas de transferência de renda promovidos pelo Governo Federal como o “Bolsa Família” e o “Bolsa Verde”. “Esses programas exigem o contraponto da permanência das crianças na escola e de acompanhamento na área de saúde”, ressaltou o parlamentar.

Para o deputado petista, trata-se de uma política de inclusão social que está contribuindo com a mudança na qualidade de vida da população.

“Os números mostram que os programas de transferência de renda ajudaram a tirar muita gente da condição de miséria. Além do mais o recurso que é injetado nas famílias aquece a atividade econômica”, disse.

José Ricardo enfatizou que é necessário fiscalização rigorosa da sociedade civil e dos órgãos de controle para que esses programas não sejam desvirtuados. “O desafio é levar esses programas para comunidades distantes da Amazônia como o Alto Rio Negro e o Vale do Javari”, avaliou o deputado.


Na avaliação do parlamentar, paralelo à transferência de renda, o Governo Federal deve olhar para a Amazônia de forma diferenciada e aplicar mais recursos em saneamento básico, educação e saúde. “Há localidades que não têm acesso sequer a água tratada”, disse o petista.

16,2 Milhões de pessoas vivem em situação de extrema pobreza no Brasil. Possuem renda mensal de até R\$ 70,00, segundo dados do Censo 2010, realizado pelo IBGE.

16,34% Da população brasileira em situação de miséria mora na Região Norte, o que corresponde a 2,6

milhões de pessoas. Dessas, 648,6 mil vivem nos municípios do **Amazonas**.

300 Reais é o valor que cada família receberá de três em três meses do “Bolsa Verde”. À semelhança do “Bolsa Floresta”, destina-se a famílias de áreas de conservação.

	VEÍCULO PORTAL DO GOVERNO DO AMAZONAS		EDITORIA
	TÍTULO Presidente Dilma garante que vai assinar decreto que prorroga <u>Zona Franca de Manaus</u> por mais 50 anos		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A presidente Dilma Rousseff disse, na manhã desta quarta-feira (28), logo após ser recebida pelo governador Omar Aziz, no Aeroporto Eduardo Gomes, que vai assinar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) e um Decreto prorrogando a Zona Franca de Manaus por mais 50 anos e estender os benefícios fiscais do modelo para a Região Metropolitana de Manaus. Ela não adiantou a data que os instrumentos serão assinados, mas garantiu que estará em Manaus, no próximo dia 24, para a inauguração da Ponte Rio Negro.

Dilma disse que, em sua vinda na data do aniversário de Manaus, vai dar um presente surpresa para a capital do Amazonas.

” Vou prorrogar a Zona Franca por mais 50 anos e vou estender os benefícios para a Região Metropolitana de Manaus. A data que isso vai acontecer é surpresa”, disse a presidente em entrevista a emissoras de rádio de Manaus no aeroporto. Dilma também falou, em entrevista às rádios, sobre investimentos do Governo Federal na área social, em logística e na ampliação da oferta de energia elétrica no Amazonas.

Mais notícias em breve.